



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022

O **Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES** torna público que realizará licitação na modalidade **“Pregão Eletrônico”**, pelo critério **“Menor Preço”** através do site: www.licitacoes-e.com.br, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de **recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijas de 13 kg e 45 kg**, através da troca de recipiente já existente, com entregas programadas de acordo com a necessidade de cada Promotoria de Justiça do Interior que compõem o Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, conforme Processo MP n.º **19.11.0032.0022452/2021-38**, devidamente autorizado pela Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados pelas Portarias n.º 102 a 106/2021, de acordo com as disposições das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Complementar Estadual 618/2012, Decreto Estadual n.º 2.458-R/10, Resolução MPES n.º 051/2014 e suas alterações, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro deste Ministério Público, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo *“Licitacoes-e”*, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

1.3 Serão observados as seguintes datas e horários para os procedimentos:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	Até às 13h, do dia 21/02/2022
ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Às 13h do dia 21/02/2022
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Às 14h, do dia 21/02/2022

1.4 FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: (Informando o n.º da licitação).

Site: www.licitacoes-e.com.br, opção *“Acesso Identificado”*.

Endereço: **Comissão Permanente de Licitação** - Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, n.º 121, Santa Helena, Vitória – ES, CEP: 29.055-036.

E-mail: cpl@mpes.mp.br

Horário de expediente: Dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 12h às 18h.

Portaria PGJ N.º 775/2021 – calendário anual de feriados e pontos facultativos do MPES referente ao exercício de 2022.

1.5 **Local para esclarecimentos às empresas licitantes:** Os pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados **exclusivamente por meio eletrônico**, de acordo com o artigo 19 do Decreto 2.458-R/2010, pelo e-mail cpl@mpes.mp.br, **no horário de 12h00 às 18h00**, dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, até o dia **15/02/2022**. Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital, até o dia **18/02/2022**, na forma do item 1.6.

1.5.1 Não serão atendidas solicitações verbais.

1.6 Os esclarecimentos prestados às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.licitacoes-e.com.br>, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos, razão pela qual os interessados devem consultar com frequência à página do certame.

1.7 Constituem **ANEXOS** ao presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Exigência para habilitação.

ANEXO III – Modelo de proposta.

ANEXO IV – Carta de apresentação dos documentos de habilitação.

ANEXO V – Dados complementares do representante.

ANEXO VI – Modelo de declaração independente de proposta.

ANEXO VII – Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas.

ANEXO VIII - Minuta de Contrato.

2 DO OBJETO

2.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a aquisição de **gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijas de 13 kg e 45 kg**, através da troca de recipiente já existente, com entregas programadas de acordo com a necessidade de cada unidade organizacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, conforme especificações e quantitativos constantes no termo de referência, **ANEXO I** deste edital.

3 DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

3.1 O prazo e o local de entrega serão conforme Termo de Referência constante no **ANEXO I** deste Edital.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta da Atividade: **03.122.0048.2020** – Administração da Unidade. Elemento de Despesa: **3.3.90.30.04** – Material de Consumo – Gás Engarrafado. Plano Orçamentário: **001702** – Apoio Administrativo

5 DO RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no item 1.3, para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6 DA REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1 Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente estabelecida no país e que atenda as exigências deste Edital e seus anexos, inclusive microempresa e empresa de pequeno porte, que esteja devidamente credenciada no aplicativo licitações-e.

7.2 A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.2.1 A declaração falsa relativa a cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob forma de consórcio de empresas;
- b) empresa declarada inidônea por órgão ou entidade das administrações públicas direta ou indiretas, Federais, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;
- c) estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, inciso III e IV da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo, e seguirá estritamente o conteúdo da penalidade na forma em que imposta, sem alterar a extensão dos efeitos indicada, conforme Acórdão Nº 006/2018 da PGE-ES;
- d) estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002 com o estado do Espírito Santo;
- e) empresa suspensa de licitar e contratar com a administração pública, e ainda, cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da administração Pública motivadas pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;
- f) empresa que se encontra sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial que impossibilite o cumprimento do contrato, concurso de credores, dissolução e liquidação;
- g) empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivos, deliberativos, administrativos ou sócios, sejam servidores do Estado do ES;
- h) pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de

funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme disposto no art. 3º inciso II da Resolução 37/2009 CNMP.

i) nas disposições elencadas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8 DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

9 DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

9.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal (intransferível), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

9.2 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

9.3 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Ministério Público Estadual, devidamente justificado.

9.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica e jurídica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, inclusive quanto ao enquadramento da empresa (ME-Microempresas, EPP-empresas de pequeno porte, ou OE – outras empresas), visto que, em caso de empate ficto o próprio sistema convoca de acordo com a classificação informada no momento do cadastro, portanto, é de total responsabilidade da empresa manter o enquadramento correto no sistema.

9.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Ministério Público ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

9.7 Em caso de dúvidas relativas ao sistema Licitacoes-e, o licitante deverá entrar em contato com o suporte técnico do Banco do Brasil no telefone 4004-0001 (Capitais e Regiões Metropolitanas) e 0800-729-0001 (demais localidades).

10 DOS LANCES, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 O licitante participante registrará o valor correspondente à sua proposta em campo apropriado do sistema e durante a disputa o valor poderá ser reduzido conforme interesse do licitante.

10.2 Os lances formulados deverão indicar o **PREÇO GLOBAL**, o qual deve ser calculado considerando a **QUANTIDADE MÁXIMA** de itens a serem adquiridos em cada lote.

10.3 Obedecidos os critérios definidos na Lei 10.520/2002, para operacionalização, julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, respeitado o limite máximo dos Anexos constantes do presente Edital.

11 DA PARTICIPAÇÃO

11.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecido.

11.2 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.3 Caso haja desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.4 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes no endereço eletrônico <http://www.licitacoes-e.com.br>.

11.5 o pregoeiro irá analisar e decidir, acerca da possibilidade de suspender o pregão, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

11.6 Como requisito para participação do pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

12 DO REGISTRO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS NO SISTEMA

12.1 Os licitantes deverão registrar, em campo apropriado do sistema, o valor correspondente à sua proposta até a data e hora marcadas no subitem 1.3, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

12.1.1 O registro da proposta junto ao sistema de Pregão Eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e fornecimento, previstas no edital e seus anexos.

12.1.2 A proposta registrada eletronicamente não poderá conter qualquer dado que identifique a LICITANTE, **sob pena de desclassificação.**

12.1.2. 1 Não é necessário anexar nenhum documento no sistema, apenas registrar o valor da proposta no campo apropriado. **Após a disputa de lances, a empresa arrematante, deverá enviar a proposta ajustada ao valor arrematado e toda documentação para o e-mail da CPL (cpl@mpes.mp.br), na forma do item 14 do Edital.**

12.1.3 **É PROIBIDA** a anexação de catálogos ou informação que forneça dados sobre a empresa licitante (razão social, nome fantasia, papel timbrado, logomarca, nome do arquivo, etc.), sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO** da licitante.

12.1.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

12.1.5 **Não é obrigatória** a informação de marca/modelo no registro da proposta no sistema. Só serão analisadas as marcas/modelos constantes na proposta comercial definitiva, devidamente assinada, entregue no MPES, juntamente com a documentação de habilitação, no prazo do item 14.1.

12.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12.3 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

12.3.1 Os materiais/serviços deverão atender a todas as especificações constantes do ANEXO I deste Edital.

12.3.2 O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional e nele deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, tais como, frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os produtos/serviços.

13 DA ABERTURA DAS PROPOSTAS NO SISTEMA

13.1 A partir do horário previsto no subitem 1.3, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo *site* já indicado no item 11.1, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

13.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os itens 10.2 e 12 do edital.

13.3 A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento pelas licitantes.

13.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.5 O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MPES ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.6 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.7 Aberta à etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado a participante será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

13.8 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pela licitante e registrado no sistema;

13.9 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

13.10 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances às demais participantes;

13.11 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

13.12 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

13.13 Caso as propostas apresentadas por microempresas – ME ou empresas de pequeno porte - EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance, será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:

13.13.1 Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará automaticamente a existência de situação de empate ficto das propostas de preços, informando o nome da microempresa ou empresa de pequeno porte;

13.13.2 o pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em situação de empate para apresentar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item, no prazo máximo de cinco minutos, sob pena de preclusão;

13.13.2.1 Durante o período, apenas a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá registrar o novo lance.

13.13.3 Não havendo manifestação da microempresa ou empresa de pequeno porte convocada nos termos do subitem precedente, o sistema verificará se há outra licitante em situação de empate, realizando a convocação de forma automática.

13.13.4 Não havendo mais nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do item.

13.13.5 O critério de desempate disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa;

13.13.6 Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão, bem como para toda a sociedade;

13.14 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor

proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital e seus Anexos;

13.15 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

13.16 Caso arrematante da etapa de lance, a licitante deverá juntamente com a sua documentação comprovar o seu enquadramento na categoria de microempresa e empresa de pequeno, por meio do contrato ou estatuto social, devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro(s) documento(s) expedido(s) por órgão oficial.

14 DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES CLASSIFICADOS

14.1 Tendo em vista tratar-se de processo eletrônico que tramita pelo SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES, encerrada a etapa de lances da sessão pública, a empresa arrematante deverá enviar toda a documentação (PROPOSTA E HABILITAÇÃO) para o e-mail cpl@mpes.mp.br no prazo de até 01 (um) dia útil, contados da data em que for declarada ARREMANANTE no sistema, sob pena de desclassificação.

14.1.1 Em casos excepcionais, devidamente motivados no “chat” pelo licitante, o pregoeiro poderá estender o prazo para envio da documentação.

14.1.2 Todas as folhas da Proposta Comercial e da documentação de Habilitação deverão ser enviados na extensão .pdf.

14.1.3 Se o tamanho do arquivo exceder ao limite de 20MB, o licitante arrematante poderá disponibilizar link para acesso do arquivo armazenado em nuvem (one drive, google drive...).

14.1.4 A entrega da documentação (PROPOSTA E HABILITAÇÃO) só será efetiva com a confirmação por meio de e-mail encaminhado pela CPL atestando o recebimento e abertura dos arquivos.

14.2 A título de diligência, o pregoeiro poderá solicitar qualquer documentação de habilitação e/ou que componha a proposta, em original ou cópia autenticada, que deverá ser entregue fisicamente em um prazo máximo de 3 (três) dias úteis da comunicação do pregoeiro no sistema.

14.3 A proposta comercial definitiva encaminhada após a etapa de lances deverá conter as especificações completas e demais exigências constantes no ANEXO I do Edital, para melhor identificação e avaliação do setor requisitante.

14.4 A proposta de preços definitiva e não reajustável deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da proposta.

14.5 Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço, em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

15.1 Até o dia 16/02/2022, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar os termos deste Edital pelo email cpl@mpes.mp.br, no horário de 12h00 às 18h00, para que haja tempo hábil de inserir a impugnação no sistema dentro do prazo legal e ser considerada tempestiva, para ser conhecida tem que preencher também os requisitos do item 15.9.

15.2 Os licitantes serão avisados no sistema com antecedência mínima de 3 horas sobre o horário em que a licitante arrematante será declarada vencedora no próprio sistema.

15.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.5 Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

15.6 Não serão conhecidos recursos e/ou impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

15.7 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.8 Os recursos e contrarrazões de recurso poderão ser encaminhados pelo email cpl@mpes.mp.br, até às 18h, para que haja tempo hábil para inserir os recursos e contrarrazões no sistema dentro do prazo legal e serem tempestivos.

15.9 Os recursos e contra razões de recurso, bem como impugnação do edital, deverão ser dirigidos ao pregoeiro, indicando o número do pregão, do processo administrativo, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos, a indicação do interessado ou quem o represente, dados de identificação, endereço completo, telefone, e-mail, data, assinatura do interessado ou representante, documento que comprove aptidão do signatário para representação da empresa licitante e documento de identificação pessoal válido daquele que assinar (CNH, identidade, outros), sob pena de não ser conhecido.

15.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11 No caso de acolhimento da impugnação, o Edital será alterado e será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública estadual:

- a) advertência;
- b) multas de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como descredenciamento do SICAF ou nos sistemas de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da referida lei.

16.2 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de até 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

16.3 Ficará impedida de licitar e de contratar com o Ministério Público - ES, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4 Poderá ser declarado impedido de contratar com a Administração Pública a empresa ou o profissional que, descumprir o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.5 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na licitação, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

17 DA INSTRUMENTALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 Se a licitante classificada em primeiro lugar, não comprovar que atende às exigências do edital quanto à sua habilitação, ou tiver sua proposta desclassificada, depois de decorrido o prazo recursal, o pregoeiro examinará a documentação de habilitação dos demais proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo concorrente convocado para negociar redução do preço ofertado, de acordo com os dispositivos regulamentados no Decreto nº 2.458-R de 04 de fevereiro de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado em 05 de fevereiro de 2010.

17.2 Homologada a decisão e depois de decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, será a licitante vencedora convocada para assinar o contrato, ou instrumento equivalente, o que deverá fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE VENCEDORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito por este Ministério Público Estadual.

17.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, negar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 16 deste edital. A administração poderá aplicar também o que norteia o artigo 64 do mesmo ordenamento legal.

17.4 Na hipótese de recusa do adjudicatário ou seu não comparecimento para assinatura e retirada do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será realizada a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecidos aos procedimentos de habilitação referidos neste item.

17.5 O disposto no item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da contratação, observada as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

17.6 Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a licitante vencedora deverá apresentar o comprovante de **situação regular** perante as **Fazendas Públicas Federal, Estadual**, onde for sediada a Empresa e **a do Estado do Espírito Santo, Municipal, da sede da empresa, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Seguridade Social – CND (INSS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

17.7 A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05(cinco) anos.

17.8 A ordem de compra/serviço e o pedido de empenho poderão ser cancelados pela Administração:
a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei 8.666/93;
b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE;
c) judicialmente, nos termos da legislação.

17.9 A empresa adjudicatária estará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimo ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

17.10 Inexecução total ou parcial do objeto contratado poderá ensejar a anulação da nota de empenho, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

17.11 É vedada a disponibilização de empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, sob pena de rescisão contratual e aplicações das penalidades cabíveis.

18 DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Não sendo interposto recurso, caberá à Administração Superior do MPES, proceder à homologação à licitante vencedora.

18.2 Havendo recurso, a Administração Superior do MPES, após deliberar sobre o mesmo, fará adjudicação do objeto, homologando ou não em favor da licitante vencedora.

19 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 O prazo de vigência contratual será conforme disposto na minuta do contrato, ANEXO VIII do Edital

20 DO PAGAMENTO

20.1 As condições de pagamento serão realizadas conforme disposto na minuta do contrato, ANEXO VIII do Edital

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do Ministério Público, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

21.2 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Ministério Público - ES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do

resultado do processo licitatório.

21.3 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, à rescisão do contrato ou anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Ministério Público - ES.

21.6 É facultado ao pregoeiro ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.10 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES).

21.11 A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

21.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

21.13 O Ministério Público - ES publicará o extrato da homologação da licitação, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES).

21.14 Os casos omissos serão decididos pelo pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Legislações citadas neste edital.

21.15 O **VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO** para a presente contratação é de **R\$ 19.351,54 (dezenove mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)**, sendo os **valores unitário máximos admissíveis** por item e lote os seguintes:

LOTES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	88,27	264,81
2	86,67	260,01
3	85,94	257,82
4	80,33	240,99
5	82,83	248,49
6	73,00	219,00
7	88,33	264,99
8	79,97	239,91
9	347,68	1.043,04
10	76,92	230,76
11	76,96	230,88
12	90,17	270,51

13	88,33	264,99
14	84,00	252,00
15	311,00	933,00
16	87,67	263,01
17	78,64	471,84
18	90,83	272,49
19	72,33	216,99
20	94,33	282,99
21	82,67	248,01
22	94,59	283,77
23	97,73	293,19
24	75,22	225,66
25	80,26	240,78
26	91,40	274,20
27	80,67	242,01
28	81,67	245,01
29	69,00	207,00
30	50,00	150,00
31	70,33	210,99
32	81,80	245,40
33	84,97	254,91
34	84,77	254,31
35	94,30	282,90
36	86,27	258,81
37	87,17	523,02
38	88,33	264,99
39	83,33	249,99
40	120,00	360,00
41	77,97	233,91
42	84,13	252,39
43	78,27	234,81
44	96,67	290,01
45	86,83	260,49
46	82,63	247,89
47	80,14	480,84
48	80,34	241,02
49	84,67	254,01
50	91,38	274,14
51	84,43	253,29
52	87,09	261,27
53	80,93	242,79
54	78,30	234,90
55	75,67	227,01
56	80,77	242,31
57	92,85	278,55
58	84,67	254,01
59	79,93	239,79
60	82,67	248,01
61	382,33	1.529,32
62	90,00	270,00
63	85,77	257,31

21.15.1 A administração não contratará valores superiores ao estimado constante no edital.

21.16 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculada o pregoeiro.

Vitória -ES, 07 de fevereiro de 2022.

Eduardo da Silva Krüger
Pregoeiro CPL/MPES

Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Procuradora-Geral de Justiça

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 016/2021

AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA AS PROMOTORIAS DO INTERIOR

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de **recargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijas de 13 kg e 45 kg**, através da troca de recipiente já existente, com entregas programadas de acordo com a necessidade de cada Promotoria de Justiça do Interior que compõem o Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, para preparo de café consumido por membros e servidores, conforme especificações e quantitativos constantes no Item 11 deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente aquisição tem amparo na seguinte legislação, suas alterações, atualizações e correlatas:

- a) Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Lei 10.520/2002;
- c) Lei Complementar Estadual nº 618/2012;
- d) Decreto Estadual nº 2458-R/2010;
- e) Resolução MPES nº 051/2014, de 25 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 28 de julho de 2014.

3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O **VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO** para a presente contratação é de **R\$ 19.351,54 (dezenove mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)**.

3.1. Provisão de recursos

Registra-se que os recursos necessários para a contratação foram consignados no Planejamento Orçamentário da Coordenação Administrativa, para o ano de 2022 na UG – MPES, Atividade: 03.122.0710.2.020, Natureza: 3.3.90.30.04.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Finalidade da contratação

Pretende-se, com a presente contratação, atender às necessidades de reabastecimento das botijas de gás existentes nas localidades definidas no Item 11, para preparo do café consumido por membros e servidores que compõe esta Instituição, durante a execução de suas atividades laborais, com entregas programadas conforme necessidade local, possibilitando o ressuprimento de forma ininterrupta, por um período de 12 (doze) meses.

Esta aquisição atende ao disposto na Lei 8.666/93 e aos princípios constitucionais e ainda possibilita algumas vantagens ao MPES, como a redução do número de licitações, maior economicidade, agilidade nas aquisições e no fornecimento dos itens às unidades organizacionais.

4.2. Contratação similar vigente

Atualmente, o objeto pretendido é adquirido através de Suprimento de Fundos, devido à última licitação ter sido deserta - SEI nº 19.11.0032.0025670/2020-67.

4.3. Definição dos quantitativos

Diante do histórico de licitações desertas para o objeto pretendido, o quantitativo anual estimado é uma previsão de consumo, não se constitui de qualquer compromisso para o MPES.

4.4. Divisão em lotes

Esta aquisição será dividida por localidade, totalizando 63 lotes, visando garantir a eficiência no atendimento às diversas unidades organizacionais deste MPES, gerando economicidade para a Administração e facilitando a gestão contratual.

5. ENQUADRAMENTO

5.1 Enquadramento como bem comum

Para fins de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto Estadual nº 2458-R/2010, combinado com o § único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002, considerando que os itens ora propostos: (a) tem um padrão de desempenho e qualidade; (b) tal padrão de

desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido em edital; e (c) tal objetividade resulta de especificações usuais no mercado; compreende-se que o presente objeto de estudo caracteriza bem comum.

6. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Prazo de entrega

O prazo máximo para a entrega dos botijões de gás nas unidades ministeriais será de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do momento da solicitação de fornecimento pela localidade.

6.2. Local de entrega

As entregas dos botijões de gás (GLP) de 13 KG e 45KG deverão ser efetuadas nas Promotorias de Justiça do MPES, conforme localidades constantes do Item 11, no horário de 12:00 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira, em quantitativo previamente solicitado, podendo haver mais de uma entrega no mesmo mês.

6.3. Condições de entrega

A cada entrega, a botija será conferida, verificando-se especialmente quantidade registrada no recipiente, inviolabilidade do lacre/selo, ausência de vazamento, bem como as demais exigências da legislação pertinente.

O fornecimento de botija em desacordo com o contrato ensejará a sua devolução, não assumindo o MPES quaisquer despesas ou responsabilidades por fretes ou avarias.

A descarga e a acomodação das botijas deverá ser feita por funcionários da empresa contratada ou transportador por ela autorizado, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho, orientados e acompanhados, durante a descarga, por um funcionário do MPES.

6.4. Prazo de recebimento e pagamento

As botijas serão recebidas provisoriamente no ato de seu recebimento e definitivamente em até 10 (dez) dias a contar dessa mesma data.

O não cumprimento dos prazos acima, de forma alguma, implica em recebimento definitivo ou menos ainda, aprovação automática.

O pagamento será realizado no prazo de **15 (quinze) dias, após a apresentação da nota fiscal, a contar da data do recebimento definitivo dos materiais.**

6.5. Garantia dos materiais

6.5.1. Prazo de garantia

A contratada deverá prestar garantia das botijas recebidas pelo prazo de permanência das mesmas, em uso, pelo MPES.

6.5.2. Prazo de execução da garantia

Caso o produto apresente problemas de qualidade e quantidade, a contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 4 (quatro) horas contados da notificação, independentemente da aplicação de sanções previstas em contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber e atestar o material efetivamente fornecido, de acordo com as cláusulas do contrato.
- Recusar o material que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada.
- Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido, de acordo com a efetiva entrega e aceite do material, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas nos termos do contrato, sendo vedado o pagamento antecipado.
- Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto contratado.
- Nomear Gestor e Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, nos termos dos artigos 58 e 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na entrega dos itens, fixando prazo para sua correção, e aplicar as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer os produtos em perfeitas condições de consumo/uso, de acordo com o contrato, garantindo o abastecimento ininterrupto.
- Prestar à contratante toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.
- Possuir autorização da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de distribuidora de gás liquefeito de petróleo – GLP.
- Cumprir todas as normas de segurança previstas para a natureza do fornecimento contratado, bem como manter atualizadas todas as licenças necessárias para sua comercialização e distribuição.
- Encaminhar, juntamente com a nota fiscal, cópia dos documentos listados abaixo, válidos, para fins comprobatórios de regularidade fiscal:
 1. certidão negativa de débito com a Fazenda Federal;
 2. certidão negativa de débito com a Fazenda Estadual do Estado no qual a sede da empresa está localizada;
 3. certidão negativa de débito com a Fazenda Estadual do Estado do Espírito Santo, quando a sede da empresa estiver localizada em outro Estado;
 4. certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal no qual a sede da empresa está localizada;
 5. certidão negativa de débitos trabalhistas;
 6. certificado de regularidade do FGTS (CRF).

9. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar do 1º dia útil posterior à sua publicação no DIMPES, vedada a sua prorrogação.

10. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Declaração de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando ter fornecido produtos similares com o objeto da presente licitação;

O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

O MPES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

11. DETALHAMENTO DOS MATERIAIS

11.1. Especificações técnicas

LOTE 01						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Afonso Cláudio	Av. Presidente Vargas, nº 405, Centro. CEP: 29.600-000Tel: (27)3735-2210	3
LOTE 02						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Água Doce do Norte	Rua Padre Franco, nº 44, 1º	3

					pavimento, Centro. CEP: 29.820-000. Tel: (27)3759-1200	
LOTE 03						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Águia Branca	Rua Dr Warley Kosvarowski, s/nº, Praça dos Três Poderes. CEP: 29.795-000. Tel: (27)3745-1138	3
LOTE 04						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Alegre	Av. Oscar de Almeida Gama, s/nº Centro CEP 29500-000. Tel: (28) 3552-8850 / 3454	3
LOTE 05						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Alfredo Chaves	Rua Expedicionário Osvaldo Saudino, s/nº, Centro. CEP:29.240-000. Tel: (27)3269-1311 / 1773	3
LOTE 06						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Alto Rio Novo	Rua Paulo Martins s/nº, Centro. CEP: 29.760-000. Tel: (27)3746-1223	3
LOTE 07						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA

1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Anchieta	Rua Costa Pereira, nº 167, Centro, CEP 29230-000. Tel: (28) 3536-1411	3
LOTE 08						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Apiacá	Rua Jader Pinto, nº 82, Centro, CEP 29450-000. Tel: (28) 3557-1279 / 1540	3
LOTE 09						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101362	GÁS GLP BOTIJA 45 KG	45KG	Aracruz	Rua Osório da Silva Rocha, s/nº, Cohab II – Cep:29.190-000 Tel: (27)3296-3018 / 3380 / 3298 / 3301 / 3142 / 3933	3
LOTE 10						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Atílio Vivácqua	Av. Carolina Fraga, nº 30, Centro, CEP 29490-00. Tel: (28) 3538-1160	3
LOTE 11						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Baixo Guandu	Rua Ibituba, nº 30, Centro. CEP: 29.730-000. Tel: (27) 3732-1544/ 3263	3
LOTE 12						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Barra de São Francisco	Rua Vereador Wantuil	3

					Ribeiro Fagundes, s/nº Centro. CEP: 29.800-000. Tel: (27)3756-5335/ 5320	
LOTE 13						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Boa Esperança	Endereço: Av. Senador Eurico Resende, nº 118, II Covre. CEP: 29.845-000. Tel: (27)3768-1158	3
LOTE 14						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Bom Jesus do Norte	Av. Major Blay, s/nº, Centro (Praça São Geraldo). CEP 29460-000. Tel: (28) 3562- 1243	3
LOTE 15						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 45 KG	45KG	Cachoeiro de Itapemirim	Rua José de Lima Mothé, nº 16, Independência, CEP:29.306-334. Tel: (28) 3515-2050 / 3518-8990	3
LOTE 16						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Castelo	Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 800, Santo Agostinho. CEP 29360-000. Tel.: (28) 3542-6091	3
LOTE 17						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA

1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Colatina	Rua Moacyr Avidos, nº 151, Centro. CEP: 29.700-095 Tel: (27) 3770-3200 / 3721-1660	6
LOTE 18						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Conceição da Barra	Rua Sete de Dezembro, quadra 21, lote 209, nº 121. CEP: 29.960-000. Tel: (27) 3762-1624	3
LOTE 19						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Conceição do Castelo	Rua Fernando Antônio Lopes, s/nº, Centro. CEP: 29.370-000. Tel: (28) 3547-1110	3
LOTE 20						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Domingos Martins	Rua João Batista Wernersbach, nº 51, Centro, CEP: 29.260-000. Tel: (27) 3268-1528 / 1626	3
LOTE 21						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1		GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Dores do Rio Preto	Av. Firmino Dias, nº 428, Centro. CEP: 29.580-000. Tel: (28) 3559-1154	3
LOTE 22						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA

1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Ecoporanga	Rua Noemia Martins, nº 26, Centro. CEP: 29.000-850. Tel: (27) 3755-1135 / 1412	3
LOTE 23						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Fundão	Rua Luiza Gon Pratti, nº 30, Centro. CEP: 29.185-000. Tel: (27) 3267-1186	3
LOTE 24						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Guaçuí	Rua Agenor Luiz Tomé, s/nº, Centro. CEP 29.560- 000. Tel: (28) 3553-3422	3
LOTE 25						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Ibatiba	Rua Orly Barros, s/nº, Novo Horizonte. CEP: 29.395- 000. Tel: (28) 3543-1149	3
LOTE 26						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Ibiraçu	Rua Arlindo Vicente, s/nº, Centro. CEP: 29.670-000. Tel: (27) 3257-1257	3
LOTE 27						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Ibitirama	Av. Anísio Ferreira da Silva, nº 90, Centro. CEP 29540- 000. Tel: (28) 3569-1143	3

LOTE 28

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Iconha	Rua Darci de Paula Gaigher, nº 68, Jardim Jandira, CEP: 29.280-000. Tel: (28) 3537-1741	3

LOTE 29

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Itaguaçu	Rua José Theodoro, nº 71, Centro. CEP 29.690-00. Tel: (27) 3725-1513	3

LOTE 30

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Itapemirim	Rua Ivan Ferreira Muqui, s/nº, Serramar, CEP: 29.330-000. Tel: (28) 3529-6060/6345	3

LOTE 31

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Itarana	Rua Valentin de Martin, n° 144, Centro, CEP: 29.620-000. Tel: (27) 3720-1203	3

LOTE 32

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Iúna	Rua Galaor Rios, nº 277, Centro. CEP: 29.390-000. Tel: (28) 3545-1299	3

<p style="text-align: center;">LOTE 33</p>

ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Jaguaré	Rua Ciro Rodrigues, nº 223, Centro. CEP: 29.950-000. Tel: (27) 3769-1586	3
LOTE 34						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Jerônimo Monteiro	Rua Jerônimo Moreira, s/nº, Centro. CEP: 29.550-000. Tel: (28) 3558-1548	3
LOTE 35						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	João Neiva	Av. Presidente Vargas, s/nº, Centro. CEP: 29.680-000. Tel: (27) 3258-2380	3
LOTE 36						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Laranja da Terra	Rua Luiz Obermuller, nº 115, Centro. CEP: 29.615-000 Tel: (27) 3736-1220	3
LOTE 37						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Linhares	Rua Argemiro Garcia Duarte, nº 818, Três Barras. CEP: 29.907-260. Tel: (27) 3264-7650 / 3373-1253	6
LOTE 38						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL

						ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Mantenópolis	Travessa Pastor Hermínio Capetini, s/nº, Centro. CEP: 29.770-000. Tel: (27) 3758-1177	3
LOTE 39						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Marataízes	Rua Projetada s/nº, Cidade Nova. CEP 29.345-000. Tel: (28) 3532-2001 / 1517	3
LOTE 40						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Marechal Floriano	Av. Arthur Haese, nº 656, Ed. Jaime Canal, 1º andar, Vale das Palmeiras. CEP: 29.255-000. Tel: (27)3288-1411	3
LOTE 41						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Marilândia	Rua Luiz Catelan, nº 100, Centro. CEP: 29.725-000. Tel: (27) 3724-1005	3
LOTE 42						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Mimoso do Sul	Rua Ivone Feitosa de Aguiar, s/nº, Centro CEP 29.400-000. Tel.: (28) 3555-1570	3
LOTE 43						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL

						ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Montanha	Rua Antônio Paulino, nº 395, Centro. CEP: 29.890-000 Tel: (27) 3754-1453	3
LOTE 44						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Mucurici	Av. Presidente Kennedy, s/nº, Planalto. CEP: 29.880-000 Tel: (27) 3751-1114	3
LOTE 45						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Muniz Freire	Rua Feniano Mitleg, nº 24, Centro. CEP: 29380-000. Tel. (28) 3544-1399	3
LOTE 46						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Muqui	Rua Coronel Marcondes, nº 100, Centro. CEP 29.480-000. Tel.: (28) 3554-1706 / 3554-2553	3
LOTE 47						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Nova Venécia	Rua Salvador Cardoso, nº 106, Centro. CEP: 29.830-000. Tel: (27) 3752-4400 / 2792 / 3383-7150	6
LOTE 48						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL

						ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Pancas	Av. Laurindo Barbosa, nº 424, Centro. CEP: 29.750-000 Tel: (27) 3726-1271	3
LOTE 49						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Pedro Canário	Rua Canavieiras, s/nº, Novo Horizonte. CEP: 29.970-000. Tel: (27) 3764-1341	3
LOTE 50						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Pinheiros	Av. Agenor Luiz Heringer, nº 862, Centro. CEP: 29.980-000. Tel: (27) 3765-1644	3
LOTE 51						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Piúma	Praça Oenes Taylor, s/nº, Centro. CEP 29.285-000. Tel: (28) 3520-1437	3
LOTE 52						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Presidente Kennedy	Rua Olegário Friks, s/nº Centro. CEP 29350-000. Tel: (28) 3535-1343	3
LOTE 53						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA

1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Rio Bananal	Rua João Cipriano, nº 850, Centro. CEP: 29.920-000. Tel: (27) 3265-1277	3
LOTE 54						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Rio Novo do Sul	Rua Muniz Freire, nº 16, 2º andar, Centro. CEP 29.290- 000 Tel: (28) 3533-0109	3
LOTE 55						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Santa Leopoldina	Av. Prefeito Hélio Rocha, nº 1329, Centro. CEP: 29.640- 000. Tel: (27) 3266-1105	3
LOTE 56						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Santa Maria de Jetibá	Rua Dalmácio Espíndula, s/nº, Centro. CEP: 29.645- 000. Tel: (27) 3263-1719	3
LOTE 57						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Santa Teresa	Av. Maria Angélica Vervloet dos Santos, nº 358, Canaã. CEP: 29.650-000. Tel: (27) 3259-2121	3
LOTE 58						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	São Domingos do Norte	Rodovia Gether Lopes de Farias, s/nº, Emillio	3

					Callegari. CEP: 29745-000. Tel: (27) 3742-1958 / 1959	
LOTE 59						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	São Gabriel da Palha	Rua Lyons Club, s/nº, Centro. CEP: 29.780-000. Tel: (27)3727-2283	3
LOTE 60						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	São José do Calçado	Av. Heber Fonseca, s/nº, Centro. CEP 29.470-000. Tel: (28) 3556-1363	3
LOTE 61						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101362	GÁS GLP BOTIJA 45 KG	45KG	São Mateus	Av. João Nardoto, s/nº, Jaqueline. CEP: 29.936-160. Tel: (27) 3767-7200 / 3739 / 3773-2154 / 2163	3
LOTE 62						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Vargem Alta	Av. Tuffy David, lotes 06 à 09, Quadra C, Residencial Jerônimo Monteiro. CEP: 29.295-000. Tel.: (28) 3528-1144	3
LOTE 63						
ITEM	CÓD. SAP	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO/TELEFONE	QUANT. ANUAL ESTIMADA
1	101361	GÁS GLP BOTIJA 13 KG	13KG	Venda Nova do Imigrante	Rua Dom João Batista, nº 106, Vila Betânia, CEP:	3

Vitória-ES, 21 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Paula Caldeira Pezzin, Assessor(a) Técnico(a)**, em 22/09/2021, às 16:10, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0627391** e o código CRC **723D6D24**.

ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados para o e-mail da CPL (cpl@mpes.mp.br), em formato .pdf, conforme estabelece o item 14.1 do Edital e estar **com prazo vigente**, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Os documentos enviados estarão sujeitos à consulta quanto à veracidade, a critério exclusivo da CPL/MPES. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

1.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Deverão ser anexadas todas as alterações registradas ou a última alteração consolidada.

c) Inscrição do Ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Cópia autenticada da Cédula de Identidade, do representante legal da empresa que assinará o Contrato.

1.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil.

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, onde for sediada a Empresa e **a do Estado do Espírito Santo**, quando a sede não for neste Estado.

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa.

e) Certidão Negativa de Débito – CND, perante o **Instituto de Seguridade Social – INSS**, fica dispensada a apresentação desta quando a certidão relativa a tributos federais e à dívida ativa da união, alínea b deste item, abranger as contribuições sociais.

f) Certidão de Regularidade de Situação – CRS, perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

OBS: As Certidões que condicionem sua validade à apresentação da Certidão de Dívida Ativa somente serão aceitas se apresentadas em conjunto.

1.2.1 Poderão ser apresentadas para fazer prova da regularidade, as Certidões Negativas obtidas via “**INTERNET**”, cabendo a quem receber o(s) referido(s) documento(s), confirmar o seu teor na própria rede de comunicação internet ou no órgão emitente.

§1º Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.2 Nos termos do Art. 44 §1º da Lei Complementar 618/2012, as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.2.3 Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da Regularidade Fiscal, será assegurado o prazo de 4 (*quatro*) dias úteis, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado arrematante do certame.

1.2.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Declaração de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando ter fornecido produtos similares com o objeto da presente licitação.

1.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

§ 1º No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de no máximo **90 (noventa)** dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

§2º As empresas em recuperação judicial deverão apresentar certidão emitida pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial no qual certifique-se que a empresa está apta, econômica e financeiramente, a suportar o cumprimento do contrato.

1.5 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (modelo ANEXO IV, item 3).

1.6 As empresas cadastradas no SICAF/FEDERAL poderão deixar de apresentar as certidões exigidas no item 1.2, substituindo-as pela **declaração do SICAF contendo todas as informações completas e atualizadas, EXCETO A CERTIDÃO DE REGULARIDADE COM A FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, solicitada na letra “c”, QUANDO A SEDE NÃO FOR NESTE ESTADO. A mesma poderá ser obtida no site: http://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area_publica/cnd/emissao.php.**

1.7 As licitantes deverão **declarar** sob as penalidades legais, a **SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO** (Modelo ANEXO IV, item 2).

1.8 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.8.1 A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada da seguinte forma:

a) DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, DE NÃO HAVER NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS DO §4º DO ARTIGO 3º DA LC 123/06 (MODELO ANEXO VII).

§1º O licitante que não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do SICAF/FEDERAL, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, quando for o caso.

§2º Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para abertura das propostas.

1.9 DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (Modelo Anexo VI).

1.10 DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO (Modelo Anexo V).

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022 ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Formulamos Proposta Comercial, de acordo com todas as condições da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 008/2022.

Pregão Eletrônico N° 008/2022	
Abertura Pública dia 00/00/2022	
Fornecedor:	E-mail:
CNPJ:	Insc. Estadual:
Banco:	
Endereço:	Bairro:
Agência:	
CEP:	Cidade:
Estado:	Conta Corrente:

Telefone:	Email:	
-----------	--------	--

LOTE ____

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
TOTAL LOTE ____					

1 - Outras informações que compõem a proposta:

1.1- Descrição completa dos produtos/serviços;

1.2- Marca/modelo dos produtos;

1.3- Valores unitários e total da proposta;

1.4- Prazo de validade da proposta, conforme Edital;

1.5- Os preços propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros, transporte, licenças e outros custos relacionados com o fornecimento, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos produtos.

1.6- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura do Representante Legal/Carimbo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022
ANEXO IV (MODELO)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Local e data

AO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ref.: pregão N.º 008/2022

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editais, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V. S^a:

1- Documentos abaixo discriminados, exigidos para habilitação na licitação referenciada;

(Descrição resumida dos documentos relacionados no anexo II)

2- Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a ***inexistência de fato impeditivo de habilitação***, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos.

3- Declaramos ***não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de menores de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);***

Atenciosamente,

.....

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa
Cargo ocupado na empresa

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022
ANEXO V (MODELO)

DADOS COMPLEMENTARES DO REPRESENTANTE CREDENCIADO PARA ASSINAR O CONTRATO

NOME:.....

Nº C.I.:..... ÓRGÃO EMISSOR..... UF:.....

Nº CPF: NACIONALIDADE:.....

PROFISSÃO:..... ESTADO CIVIL:.....

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA

NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

CNPJ:.....

TELEFONE:..... EMAIL:

BANCO:..... AGÊNCIA:..... DIG/VER: NÚMERO DA CONTA:.....

Vitória.....de de

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa
Cargo ocupado na empresa

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022
ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [LICITANTE]), para fins do disposto no item 1.9 do ANEXO II do Edital Pregão Eletrônico nº 008/2022, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 008/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 008/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 008/2022 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 008/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPES antes da abertura oficial das propostas; e

f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de ____

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022
ANEXO VII**

(MODELO)

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

Ref.: pregão N.º 008/2022

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade nº, DECLARA que é microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, e Lei Complementar Estadual nº 618/2012, **não havendo nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do artigo 3º da LC 123/2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra.

EMPRESA LICITANTE / CNPJ

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022
ANEXO VIII**

MINUTA DE CONTRATO

**Processo n.º
Pregão Eletrônico n.º 008/2022
Contrato MP n.º /2022**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E (RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo,

neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, (**Nome da PGJ**), portador da CI n.º (Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob n.º. xxx.xxx.xxx-xx, e (**razão social da empresa**), doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, localizada à (endereço completo da CONTRATADA) neste ato representado por (Nome do Representante qualificado para assinar), CI (Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob o n.º xxx.xxx.xxx-xx, (qualificação e endereço do representante), ajustam o presente **CONTRATO, sob regime de execução indireta e empreitada por preço global**, nos termos das Lei Federal n.º 8.666/93, demais normas pertinentes, e de acordo com o termo de Processo n.º xx.xx.xxxx.xxxxxx/xx-xx, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA, (data da proposta), ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de **gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijas de 13 kg e 45 kg**, através da troca de recipiente já existente, com entregas programadas de acordo com a necessidade de cada unidade organizacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, conforme especificações, condições e quantitativos constantes no Anexo Único deste instrumento contratual e Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 008/2022.

1.2. Este Contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico n.º 008/2022, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA e demais documentos do Processo n.º xx.xx.xxxx.xxxxxx/xx-xx, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor estimado a ser pago à CONTRATADA, no presente contrato é de (R\$ valor estimado do contrato), de acordo com a proposta comercial apresentada.

2.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, inclusive transportes, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados à prestação do serviço contratado, inclusive garantia, quando for o caso.

2.3. Os preços propostos são fixos e irrevogáveis.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, após a apresentação da FATURA/NOTA FISCAL, contados do recebimento definitivo, vedada a antecipação e, após essa data, será paga multa financeira nos seguintes moldes:

$$VM = VF \times 12/100 \times ND/360$$

VM = Valor da multa financeira

VF = Valor da nota fiscal referente ao mês em atraso

ND = Número de dias em atraso

3.2. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura. Incumbirá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação do material ou serviço efetivamente entregue e o memorial de cálculo da fatura.

3.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.4. Ocorrendo erro na apresentação das notas/faturas, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, passando a contar o prazo a partir de sua reapresentação e consequente aprovação pelo MPES.

3.5. É expressamente vedado ao fornecedor a cobrança ou desconto de duplicatas por meio de rede bancária ou de terceiros.

3.6. Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às notas fiscais/faturas, de cópias das Certidões Negativas de débito com as Fazendas Federal, Estadual (sede e Estado do Espírito Santo), Municipal, INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.7. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei n.º 8.666/93, Lei Estadual n.º 2.583/71 e alterações posteriores.

3.8. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com dados do Órgão CONTRATANTE, conforme descrito no preâmbulo deste Instrumento contratual.

3.9. O pagamento será efetuado obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

3.10. Deverão ser observadas as demais disposições contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil posterior a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão através da Atividade: **03.122.0048.2020** – Administração da Unidade. Elemento de Despesa: **3.3.90.30.04** – Material de Consumo – Gás Engarrafado. Plano Orçamentário: **001702** – Apoio Administrativo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Compete a CONTRATADA:

6.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.1.2. Efetuar a entrega dos bens e materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

6.1.4. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

6.1.5. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, para representá-la na execução do contrato.

6.1.6. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.2. Compete ao CONTRATANTE:

6.2.1. Receber e atestar o material ou serviço efetivamente fornecido, de acordo com as cláusulas deste contrato;

6.2.2. Recusar o material ou serviço que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada;

6.2.3. Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido na Cláusula Segunda, de acordo com a efetiva entrega e aceite do material ou serviço, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas nos termos deste contrato;

6.2.4. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do Contrato;

6.2.5. Nomear Gestor do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, nos termos dos artigos 58 e 67 da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

6.2.6. Designar comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos produtos/serviços adquiridos;

6.2.7. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na entrega dos bens/materiais ou na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, e aplicar as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O local, prazos de entrega e condições de recebimento dos bens e materiais seguem o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

a. Fixar-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10 % (dez por cento) a incidir sobre o valor total atualizado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

b. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

c. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste contrato e na Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a. Advertência;

b. Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d. Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

8.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

8.3.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

8.3.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

8.3.3. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal n.º 8666/93;

8.3.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço e dados de contato, ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao e-mail/local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

8.3.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.3.6. O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Administrativa do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

8.4. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração serão descontados dos valores devidos à CONTRATADA, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato, ou ainda, havendo cláusula de prestação de garantia, os valores referentes às penalidades poderão ser descontados da garantia prestada pela contratada.

8.5. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

8.6. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal n.º 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

9. CLÁUSULA NONA - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

9.1. Constatado que a CONTRATADA não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será notificada para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

9.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

9.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

9.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. O objeto deste Contrato terá garantia/validade e assistência técnica de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ADITAMENTOS

12.1. O presente Contrato poderá ser aditado, com as devidas justificativas, estritamente nos termos previstos na Lei 8.666/1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do Contrato será acompanhada por Gestor, e havendo necessidade por um ou mais fiscais, nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que serão responsáveis por esse acompanhamento, nos termos do artigo 58 e 67, da Lei n.º 8.666/93, que deverão atestar a entrega dos produtos ou serviços contratados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

14.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS

15.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, em obediência ao disposto no artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.

17.2. Fazem parte integrante e inseparável deste contrato e obrigam a CONTRATADA, em todos os seus termos, a proposta apresentada, aplicando-se as normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

17.3 O CONTRATANTE poderá exigir e a CONTRATADA se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão-de-obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

17.4. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

17.5. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações.

17.6. Aplicar-se-á a Lei n.º 8.666/93, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

17.7. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração Pública.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Vitória, ____ de _____ de _____.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(NOME DO PGJ)
Contratante

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
(NOME REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA)



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo da Silva Kruger, Pregoeiro(a)**, em 07/02/2022, às 12:11, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gomes Ferreira de Andrade, Procuradora-Geral de Justiça**, em 07/02/2022, às 21:21, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **0736591** e o código CRC **314B5073**.
